

QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS E ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UM ESTUDO TEMPORAL (2009-2019) DO ACESSO À UNIVERSIDADE.

ETHNIC-RACIAL ISSUES AND HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: A TIME STUDY (2009-2019) ON ACCESS TO UNIVERSITY.

 <https://orcid.org/0000-0003-2417-6476> Fabrícia Ramos Rezende^A
 <https://orcid.org/0000-0003-1989-609X> José Humberto Rodrigues dos Anjos^B

^A Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES), MINEIROS, GO, Brasil

^B Universidade Federal de Goiás (UFG), GOIÁS, GO, Brasil

Recebido em: 03 de abril de 2023 | **Aceito em:** 22 de julho de 2024
Correspondência: Fabrícia Ramos Rezende (fabriciarr@gmail.com)

Resumo

As questões étnico-raciais segregam e desqualificam os negros desde o período da escravidão, principalmente na área da educação. A educação é um bem simbólico e foi negada aos negros livres e escravos. Vários movimentos foram organizados ao longo da história, para garantir a educação formal a essa parcela da sociedade. A partir do século XX foram implantadas políticas de ações afirmativas com o intuito de diminuir o preconceito e a exclusão da população menos favorecida. Porém, o acesso e permanência de estudantes negros ao ensino superior ainda é muito aquém, quando comparado às outras raças. O objetivo desta pesquisa foi analisar o acesso e permanência de estudantes negros/negras na universidade brasileira entre os anos de 2009 a 2019. O artigo foi dividido em três etapas. Na primeira parte, foi apresentado um breve histórico sobre a Educação dos Negros no Brasil. A segunda parte discutiu sobre os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em relação ao acesso à universidade. A terceira parte trouxe uma problematização a partir da análise temporal. Observou-se que, no período analisado, ocorreu um aumento de mais de 528% nas matrículas dos estudantes que se autodeclararam pretos e um aumento de 625% nos concluintes pretos. Porém, o número de estudantes negros que tem acesso ao ensino superior ainda é muito menor que os estudantes brancos.

Palavras-chave: Educação; Negros; Ensino Superior.

Abstract

Ethnic-racial issues segregate and disqualify blacks since the period of slavery, especially in the area of education. Education is a symbolic good and was denied to free and slave blacks. Various movements have been organized throughout history to guarantee formal education to this part of society. From the 20th century onwards, affirmative action policies were implemented in order to reduce prejudice and exclusion of the less favored population. However, the access and permanence of black students to higher education is still far below, when compared to other races. The objective of this research was to analyze the access and permanence of black students at the Brazilian university between the years 2009 to 2019. The article was divided into three stages. In the first part, a brief history of the Education of Blacks in Brazil was presented. The second part discussed data from the National Institute for Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP) in relation to university access. The third part brought a problematization from the temporal analysis. It was



observed that, in the analyzed period, there was an increase of more than 528% in the enrollment of students who declared themselves to be black and a 625% increase in black graduates. However, the number of black students who have access to higher education is still much lower than white students.

Keywords: Education; blacks; University education.

“O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica”
Sílvio Luiz de Almeida

Introdução

As pesquisas históricas sobre a educação brasileira da população negra, faz-se de forma recente e escassa, justamente pela exclusão desse segmento populacional no processo de educação formal. Fato que pode ser explicado pela proibição de matrículas e frequências de escravos e negros livres às escolas e, também, devido à ausência de fontes históricas para pesquisas (BARROS, 2016, p. 51). A linguagem escrita sempre foi vista como uma forma de liberdade e respeito, principalmente para a população escravizada (FONSECA, 2016b, p. 6). Historicamente, o negro foi visto como sinônimo de escravo, sendo julgado como um ser inferior, dependente e incapaz. E teve a educação formal, principalmente em espaços escolares, negada até o século XIX, visto que essa população era fundamental na dinâmica econômica. A escravidão, no Brasil, perdurou por quase quatro séculos, o que contribuiu para o processo de invisibilidade e marginalização dos negros em relação à escolarização (FONSECA, 2016a, p. 23).

Apesar de toda luta e resistência da população negra para minimizar esse processo, o Brasil é um país continental e com grandes desigualdades sociais. Além disso, a educação oferecida pelas escolas públicas, muitas vezes é de baixa qualidade. Os aspectos socioeconômicos, o preconceito e a própria marginalização das pessoas pretas, dificultam o acesso das mesmas ao ensino superior (GUARNIERI & MELO-SILVA, 2017, p. 183).

O acesso à educação pela população negra, de forma adequada, infelizmente ainda está longe de ser consolidada. As relações étnico-raciais ainda segregam e desqualificam os negros, principalmente na área da educação (FONSECA, 2016b, p. 6). A partir dessas considerações, é importante analisarmos como está o acesso das pessoas negras ao ensino

superior no Brasil ao longo do tempo?

Mesmo com a criação das ações afirmativas com finalidade reparatória, para promover a inserção de estudantes em situações de vulnerabilidade social e étnica ao ensino superior, sabemos que o acesso e permanência de estudantes negros ao ensino superior ainda é muito aquém, quando comparado às outras raças.

Os dados do INEP referentes às matrículas e conclusões de curso a partir da variável raça/cor, estão disponíveis apenas entre os anos de 2009 a 2019. Então, com esse intervalo de tempo, será possível realizar uma análise temporal do ingresso e conclusão de graduações por estudantes negros. E, a partir dos resultados encontrados, teremos uma visão panorâmica e longitudinal desse acesso dos estudantes negros ao ensino superior. Com isso, poderemos discutir a efetividade das ações afirmativas e quais as modificações precisam ser realizadas para que essas desigualdades sejam diminuídas ao longo da história.

O objetivo desta pesquisa foi analisar o acesso e permanência de estudantes negros/negras na universidade brasileira entre os anos de 2009 a 2019. Para isso, o artigo será dividido em três etapas. Na primeira parte, será apresentada uma introdução sobre a Educação dos Negros no Brasil. A segunda parte discutirá o que dizem os dados do IBGE sobre o acesso à universidade. A terceira parte falará sobre o acesso dos negros/negras à universidade: problematizações a partir da análise temporal.

Trata-se de um estudo de corte observacional retrospectivo, de base populacional. Os dados referentes ao acesso da população negra ao ensino superior foram obtidos a partir dos censos educacionais de 2009 a 2019, que foram disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Os casos incluídos neste estudo foram os alunos ingressantes e concluintes das graduações presenciais e à distância das instituições federais, estaduais, municipais e privadas

brasileiras, no período de 2009 a 2019. Foram excluídas as variáveis: matrículas, matrículas trancadas, matrículas desvinculadas, alunos transferidos para outros cursos na mesma instituição e alunos falecidos.

As variáveis analisadas em relação aos alunos matriculados, foram: Número de matrículas por cor/raça: branca, preta, parda, amarela, indígena, não disponível de informação e não declarada; Número de matrículas por nível acadêmico/modalidade de ensino: graduação presencial; graduação à distância; graduação sequencial de formação específica presencial e graduação sequencial específica a distância; Número de matrículas por categoria administrativa: federal, estadual, municipal e privada.

As variáveis analisadas em relação aos alunos concluintes, foram: Número de matrículas por cor/raça: branca, preta, parda, amarela, indígena, não disponível de informação e não declarada; Número de matrículas por nível acadêmico/modalidade de ensino: graduação presencial; graduação à distância; graduação sequencial de formação específica presencial e graduação sequencial específica a distância; Número de matrículas por categoria administrativa: federal, estadual, municipal e privada.

Os dados foram tabulados no software Microsoft Excel 2007, para a análise descritiva dos dados, utilizando-se porcentagens.

Breve referencial teórico sobre a educação dos negros no Brasil

No período da escravidão, os primeiros registros educacionais ocorreram a partir da catequização dos negros e índios pelos jesuítas. A educação estava atrelada ao processo de aculturação e aprendizagem social com a visão do colonizador, a partir de novas técnicas de trabalho, castigos e novas regras de comportamento (CRESSONI, 2016, p. 73). Em 1827,

através da Lei de 15 de outubro, foi estabelecido a criação de escolas primárias em todas as vilas e lugares mais povoados, principalmente voltadas aos homens. É importante ressaltarmos, que os escravos, apesar de serem proibidos de frequentar as escolas, eles sabiam quando deveriam utilizar os códigos escritos, e possuíam, várias maneiras de leitura do mundo. Alguns aprenderam a ler e escrever fora dos ambientes escolares, o que representava grande perigo aos olhos de seus proprietários e garantia maior autonomia nos casos de fugas. Apenas após 1860 é que o processo de escolarização foi visto como uma questão primordial para a inclusão dos ex-escravos na sociedade. Em 1871, surgiu a Lei do Ventre Livre, a qual garantia o direito à escolarização dos filhos de escravos (MORAIS, 2016, p. 95).

Em 21 de outubro de 1841, foi fundada a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco (SAMLPE), que além da propagação da educação profissionalizante, difundia a escrita e a leitura para parte dos trabalhadores, que eram em sua maioria negros livres ou escravos. Em 24 de março de 1854, a SAMLPE encaminhou um ofício à Assembleia Legislativa, formalizando a criação de uma aula de instrução elementar que ocorreria paralelamente à formação profissional. É importante destacar que a desigualdade histórica em relação ao processo educacional brasileiro, atingiu principalmente a população negra, que sempre teve a negação da sua cultura, visto que os valores europeus predominavam nesta época e a escrita era vista como uma forma de civilização. A SAMLPE foi um movimento importante, que mostrou que a população negra teve uma participação ativa no processo de letramento (LUZ, 2016, p. 117).

Em 1853, Pretextato dos Passos e Silva, professor preto, criou uma escola primária particular sem fins profissionalizantes, destinada à meninos pretos e pardos, na freguesia de Sacramento. O mesmo solicitou ao Inspetor dispensa das provas de capacidade para exercício do magistério, à qual foi concedida. Ele tinha várias críticas em relação às escolas da Corte, as

quais proibiam ou coagiam a frequência e permanência das crianças negras. Sua escola funcionou até 1873, provavelmente para ajudar a cumprir a determinação de obrigatoriedade no aprendizado das primeiras letras para crianças maiores de sete anos, sob pena de multa para os pais, tutores, curadores ou protetores que descumprissem tal determinação (SILVA, 2016, p. 141).

No Maranhão, foi possível observar que os negros se apropriavam da cultura européia, desmistificando o pensamento de que eles seriam “seres inferiores” e incapazes de atingirem os mesmos patamares culturais, artísticos, tecnológicos e intelectuais da população branca. O acesso à leitura e escrita, na visão das autoridades, era um motivo de preocupação, pois esses negros poderiam ser influenciados pelas ideias abolicionistas. Exemplo disso, foi o envio de uma correspondência às autoridades, pelo Negro Cosme, reivindicando o fim da escravidão. Ele também foi o responsável pela criação de uma escola para os quilombolas (Escola da Fazenda da Lagoa Amarela). Apesar da escravidão, os negros foram influenciados pelo processo educacional, visto que algumas escolas particulares facilitavam o acesso de crianças escravas e, nas escolas públicas, algumas conseguiam frequentá-las, se passando por crianças livres. Não se observou nenhuma documentação que favorecesse o acesso da população negra à educação formal no período da escravidão, podendo inferir que existia a intenção de manter essa população excluída (CRUZ, 2016, p. 163).

Desde os anos de 1870, foi notável a presença de vários intelectuais que defendiam o processo de educação para os negros, através de Conferências Públicas, Clubes Abolicionistas e abertura de aulas noturnas para os negros. Dentre estes, precisamos mencionar André Rebouças, negro, nascido livre, em uma família com cargos políticos, que conseguiu se formar em engenharia e se tornar professor. Com uma trajetória abolicionista, defendia a educação para os negros (escravos e libertos), como uma forma de reforma social, elevação

intelectual, moral e cultural. Além disso, pregava a necessidade da instrução primária, profissional e técnica (nível secundário e superior), para qualificação dos trabalhadores. Essas características foram evidenciadas pela Escola Politécnica, na qual ele foi professor e apoiou a formação do clube abolicionista. Outros intelectuais negros abolicionistas que merecem destaque são José do Patrocínio e João Rodrigues Pacheco Vilanova que também foram professores e lecionavam em cursos noturnos gratuitos na Escola Noturna Gratuita em São Cristóvão (Quilombo da Canela), destinados à alfabetização de adultos e crianças negras (SCHUELER, 2016, p. 191).

Em 1871, surgiu a Lei do Ventre Livre, a qual garantia a liberdade das crianças nascidas de mães escravas, garantindo assim, o direito à escolarização dessas crianças. Apesar de serem livres, essas crianças conviviam com as mães escravas até os oito anos, então, eram tratadas pelos senhores como escravas. Após essa idade, deveriam ser entregues ao estado e encaminhadas para instituições educacionais. Porém, a lei permitia também que os senhores utilizassem a mão de obra dessas crianças até os 21 anos, o que era escolhido pela maioria (DOS ANJOS, 2016, p. 217).

Algumas políticas, como a Lei do Ventre Livre (1871), formação de pecúlio para financiamento de alforrias e a abolição da escravidão, contribuíram para o desenvolvimento da educação formal dos negros, o que era considerado necessário para a promoção de uma reforma social. Em 1881, ocorreu uma reforma eleitoral, na qual a alfabetização era necessária para o direito ao voto, o que contribuiu para uma maior exclusão, principalmente da população negra dos direitos políticos (SCHUELER, 2016, p. 191).

Manuel Querino foi outro intelectual, artista e educador negro que defendeu a educação como um meio para o progresso e civilização. Sua militância foi em favor dos negros, africanos e dos operários, e considerava o trabalho importante para o desenvolvimento

do país. Lutava para a democratização do ensino e cobrava que o Estado fosse obrigado a ofertar ensino às classes populares, já que os colégios privados, eram inacessíveis aos trabalhadores e aos pobres. Além disso, criticou o alto índice de analfabetismo no Brasil e o desinteresse do Estado em investir na educação pública. Defendia a oferta da educação artística, técnica e profissional para habilitação da população ao exercício de uma profissão livre e digna (SCHUELER, 2016, p. 191).

A igreja católica também exerceu um papel importante na educação dos negros. Precisamos ressaltar, que os padres, em geral, não apoiavam os movimentos abolicionistas, as poucas exceções, defendiam um processo gradual e emancipacionista da abolição. Dentre eles, podemos destacar o Reverendo Doutor Romualdo Maria de Seixas Barroso e o Cônego Emilio Lopes Freire Lobo, que defendiam o acesso e permanência das crianças negras, especialmente os ingênuos (menores de 7 anos) às aulas públicas da província da Bahia, no período pré abolicionista (1878-1884). Esse processo de instrução era visto como uma obra de caridade cristã, e objetivava prepara-los para a demanda do mercado de trabalho e não para formação pessoal que pudesse inseri-los nas camadas superiores da sociedade. Apesar disso, esse processo era tanto de interesse das elites, que buscavam mão de obra especializada, quanto dos negros, que buscavam melhores possibilidades (SCHUELER, 2016, p. 191).

Mesmo com a Lei do Ventre Livre, a permanência dessas crianças nascidas livres nas escolas sempre foi muito conturbada. Existia resistência de alguns professores e pais de alunos na aceitação dessas crianças nas escolas, junto com as crianças brancas, e mesmo livres, elas estavam presas às escolhas dos senhores de suas mães. Em 1879, as crianças nascidas livres faziam oito anos, podendo serem entregues ao Estado para terem acesso à escolarização. Porém, essas escolas ainda não haviam sido criadas. Romualdo, defendendo o processo de educação como uma forma de reparo da escravidão e formação de um indivíduo

trabalhador, com princípios morais cristãos, tentava convencer as autoridades políticas, que essas instituições evitariam revoltas e acirramento racial (SCHUELER, 2016, p. 191).

No Paraná, em 3 de dezembro de 1883, foi sancionada uma lei de ensino na qual os ingênuos eram submetidos à obrigatoriedade escolar. Essa lei incluía meninos de 7 a 14 anos e meninas de 7 a 12 anos e possibilitava aos pais e tutores, a escolha por escolas públicas, privadas, escolas noturnas ou instrução domiciliar. Esta lei garantiu maior visibilidade para essas crianças, porém, observou-se que a maioria frequentava as escolas noturnas e, preferencialmente escolas diferentes dos filhos dos senhores. Essa obrigatoriedade se findou no ano de 1886 (DOS ANJOS, 2016, p. 217).

A escola pública, no período do império, era destinada às crianças pobres e negras, que, por questões estigmatizadas, eram consideradas como um grupo social inferior. E, mesmo com a obrigatoriedade escolar, essas crianças não conseguiam frequentar as escolas devido principalmente à pobreza, pois não tinham roupas e nem calçados para irem para a escola. Além disso, devido à dispersão populacional e das escolas, frequentemente as crianças tinham que caminhar muitas léguas até a escola mais próxima. Não podemos deixar de mencionar as inconstâncias administrativas e limitações pedagógicas dos professores, que consideravam as crianças negras difíceis de serem educadas. Com isso, as tensões raciais entre inspetores e professores negros e professores brancos e alunos negros eram evidentes (VEIGA, 2016, p. 247).

Em 1888, foi assinada a Lei Áurea, que abolia a escravidão. Porém, após um legado de trezentos anos de opressão, as mudanças não aconteceriam de forma instantânea. A República considerava que a eliminação do analfabetismo significaria tornar o Brasil uma nação civilizada. Com isso, seria necessário a instrução da população afrodescendente, para que ocorresse uma ascensão moral e social. Neste intuito, foram criadas diversas associações

beneficentes por negros letrados, com finalidade de serem espaços de convívio, diversão, melhorar a autoestima e oferecer instrução, a qual se tornou a principal arma de luta contra a apatia. Dentre essas associações, podemos destacar um pequeno grupo, liderado por Antônio Carlos, que criou uma biblioteca instrutiva, que deu origem mais tarde (1926) ao Centro Cívico Palmares, que durante quase cinco anos, manteve salas de instrução para os afrodescendentes (LUCINDO, 2016, p. 271).

De acordo com Domingues (2016, p. 305), as primeiras décadas após a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, foram muito importantes para a população negra. Eles perceberam que para conquistarem a cidadania plena, precisavam se organizarem coletivamente e lutarem por respeito, dignidade, reconhecimento, participação política, empoderamento, emprego e, principalmente a educação, que era uma das principais bandeiras de luta, visto que a educação representava um pré-requisito para a ascensão social e a diminuição da discriminação e do preconceito. Criaram uma escola com aulas diurnas e noturnas, que ficou conhecida como Centro Cívico Palmares. Mas nem todas as tentativas de criar escolas foram exitosas, pois faltava apoio do estado, recursos e mão de obra qualificada pedagogicamente.

Em 1931, foi fundada a Frente Negra Brasileira (FNB), a qual se preocupava tanto com o ensino formal quanto em relação à formação cultural e moral da população, considerando a educação como um bem inviolável e indispensável para resolver os problemas do negro no Brasil (DOMINGUES, 2016, p. 305).

Nas primeiras décadas do século XX, a educação brasileira pernambucana, apresentou questões higiênicas e eugênicas, que contribuíram para a discriminação da população negra. Os alunos passavam por avaliações físicas e mentais e eram classificados de acordo com as suas características morfofisiológicas em salas de aulas distintas, criando grupos homogêneos,

com a justificativa de facilitar a aprendizagem, criando um processo de racialização no ambiente escolar. Essas avaliações “confirmavam” a inferioridade intelectual dos negros e maior propensão ao desenvolvimento de doenças mentais (ARANTES, 2016, p. 329).

No final da década de dez ocorreu um processo de “branqueamento” do magistério público do Rio de Janeiro. O branqueamento da população era desejado pelas elites, já que os negros eram considerados inferiores. As professoras primárias foram as primeiras a serem atingidas por esse processo (MÜLLER, 2016, p. 395).

Uma das tentativas de reparar as situações discriminatórias e desiguais, foi pela implementação das políticas de ações afirmativas, as quais visam a valorização social, econômica, política e cultural dos grupos que foram recriminados no passado ou mesmo no presente, por um período e tempo limitado. As principais áreas contempladas por essas políticas são a educação, a representação política e o mercado de trabalho. A ação afirmativa mais conhecida é o sistema de cotas, que visa promover a representação de grupos inferiorizados pela sociedade e ainda gera grandes debates entre os defensores e os não defensores (MOEHLECKE, 2016, p. 413).

O que dizem os dados do INEP sobre o acesso à universidade?

Os dados referentes ao ingresso e conclusão nos cursos de ensino superior no Brasil, de acordo com a variável raça/cor estão disponíveis no INEP apenas entre os anos de 2009 a 2019. Na tabela 1 observa-se o percentual de matriculados de acordo com a raça/cor nos anos correspondentes. No ano de 2009 apenas 1,9% dos matriculados no ensino superior se autodeclararam pretos, enquanto que no ano de 2019 esse número aumentou para 7,1%. Os estudantes brancos ainda são maioria no ensino superior brasileiro. O percentual de estudantes que não informaram ou não declararam a cor, foi diminuindo ao longo dos anos.

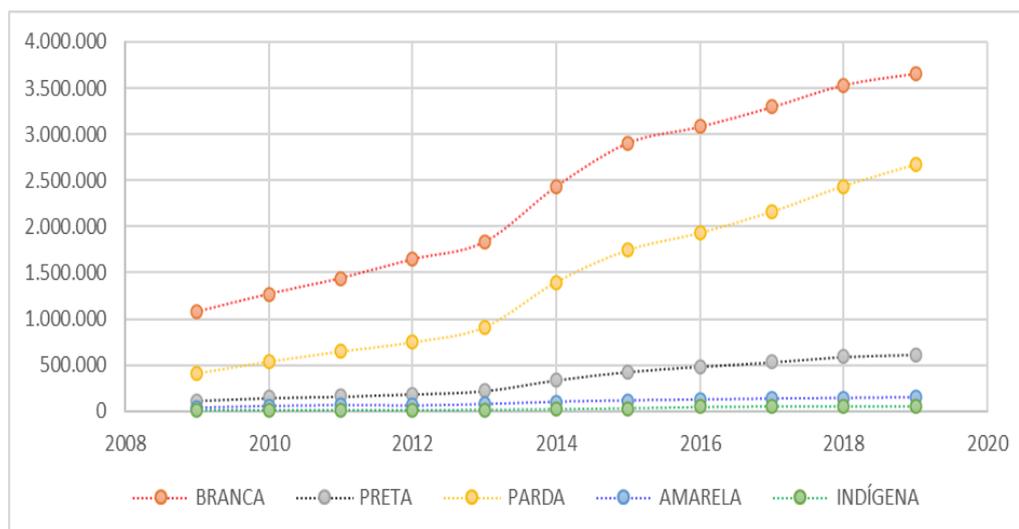
Tabela 1: Percentual de matriculados no ensino superior, de acordo com a variável raça/cor, entre os anos de 2009 a 2019

COR / RAÇA	2009 (%)	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)	2013 (%)	2014 (%)	2015 (%)	2016 (%)	2017 (%)	2018 (%)	2019 (%)
BRANCA	17,9	19,8	21,2	23,3	25,0	31,0	36,2	38,3	39,7	41,8	42,5
PRETA	1,9	2,3	2,4	2,7	3,0	4,3	5,4	6,0	6,4	7,0	7,1
PARDA	6,9	8,4	9,6	10,6	12,4	17,8	21,7	24,0	26,0	28,8	31,0
AMARELA	0,7	0,9	1,0	0,9	1,1	1,3	1,4	1,5	1,6	1,7	1,7
INDÍGENA	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,4	0,6	0,7	0,7	0,7
SEM INFORMAÇÃO	38,6	33,1	33,4	35,1	32,4	12,2	4,9	2,2	0,8	0,4	0,2
COR NÃO DECLARADA	33,9	35,4	32,3	27,4	25,9	33,0	30,0	27,4	24,7	19,7	16,8

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Observa-se um crescimento de mais de 528% no percentual de estudantes negros entre os anos de 2009 e 2019. Quando analisamos os percentuais de estudantes brancos, notamos um crescimento de mais de 341%, pardos 649%, amarelos 373% e indígenas 706%. No entanto, como pode ser visto na figura 1, esta etapa escancara ainda a distância no número entre estudantes brancos e pardos matriculados, ao se comparar com os estudantes pretos, amarelos e indígenas.

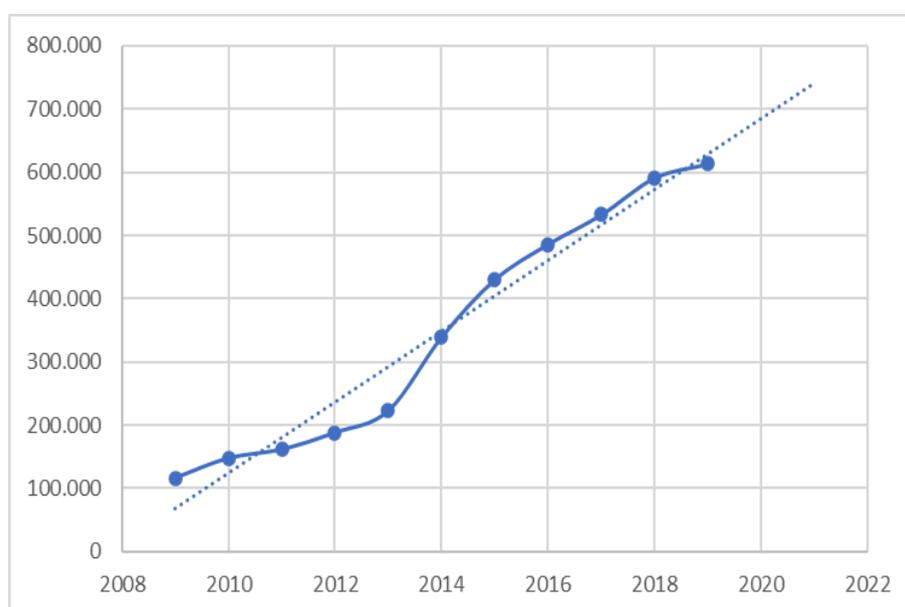
Figura 1. Número de estudantes matriculados no ensino superior entre os anos de 2009 e 2019



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Para este intervalo de tempo, pode-se observar uma tendência linear ascendente no número de estudantes pretos matriculados no ensino superior (Figura 2).

Figura 2. Número de estudantes pretos matriculados no ensino superior entre os anos de 2009 e 2019 e tendência de previsão linear



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

A tabela 2 apresenta o percentual de concluintes do ensino superior de acordo com a variável raça/cor entre os anos de 2009 a 2019. Pode-se notar o predomínio de formandos brancos ao longo dos anos analisados, quando comparados com os pretos.

Tabela 2: Percentual de concluintes do ensino superior, de acordo com a variável raça/cor, entre os anos de 2009 a 2019

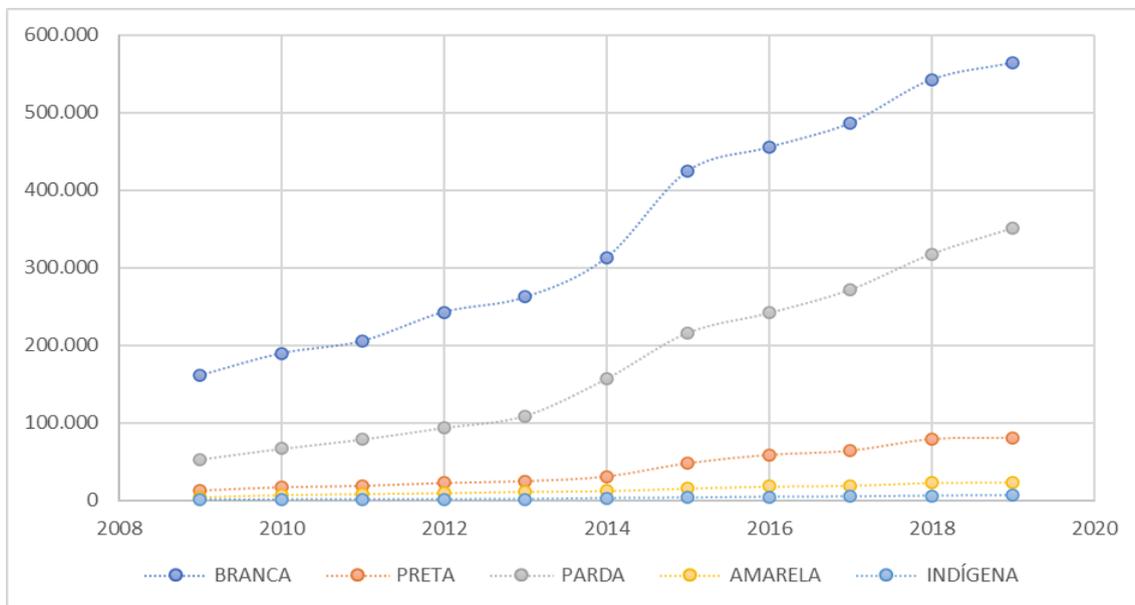
COR / RAÇA	2009 (%)	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)	2013 (%)	2014 (%)	2015 (%)	2016 (%)	2017 (%)	2018 (%)	2019 (%)
BRANCA	16,7	19,4	20,1	23,0	26,4	30,4	36,9	38,9	40,5	42,9	45,1

PRETA	1,3	1,8	1,9	2,2	2,5	3,0	4,2	5,0	5,4	6,3	6,5
PARDA	5,5	6,8	7,7	8,9	11,0	15,2	18,8	20,7	22,6	25,1	28,1
AMARELA	0,4	0,7	0,8	0,9	1,1	1,2	1,4	1,6	1,6	1,8	1,9
INDÍGENA	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,5
SEM INFORMAÇÃO	39,6	34,3	34,1	35,2	31,7	19,4	9,8	6,1	2,2	1,0	0,4
COR NÃO DECLARADA	36,4	36,9	35,2	29,7	27,1	30,5	28,7	27,4	27,2	22,4	17,5

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Na figura 3, também observamos a discrepância entre concluintes que se autodeclararam brancos ou pardos, em relação aos pretos, amarelos e indígenas. Porém, não se pode negar o aumento de pessoas com nível superior completo ao longo dos anos analisados. Observa-se um crescimento de mais de 625% no percentual de estudantes pretos que conseguiram concluir a graduação. Quando analisamos os percentuais de estudantes brancos, notamos um crescimento de mais de 349%, pardos 666%, amarelos 575% e indígenas 1049%.

Figura 3. Número de estudantes concluintes do ensino superior entre os anos de 2009 a 2019

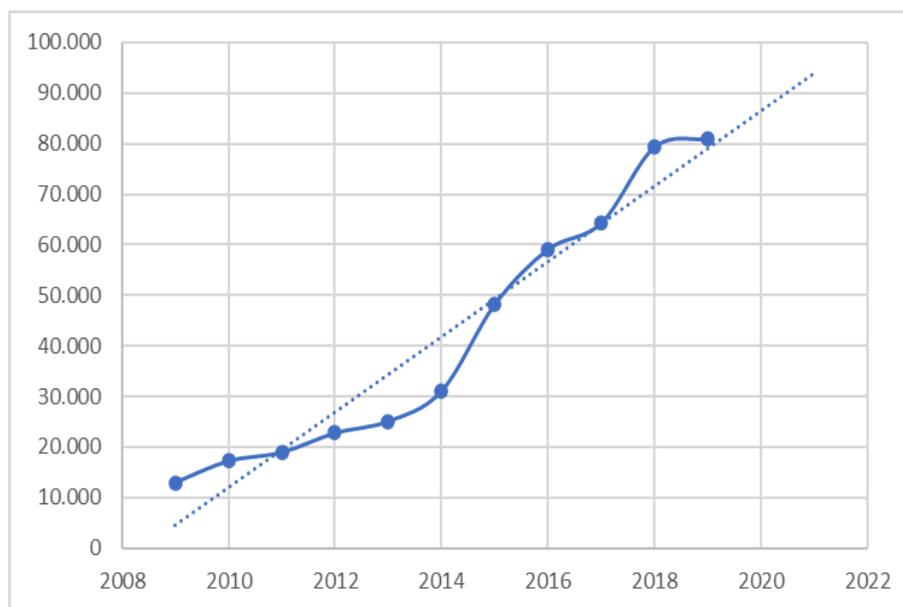


Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Para o número de estudantes pretos, no intervalo de tempo analisado, que se

apresentam como concluintes, embora este número seja consideravelmente menor em comparação ao de matriculados, apresenta-se uma tendência linear com previsão ascendente (Figura 4).

Figura 4. Número de estudantes pretos concluintes do ensino superior entre os anos de 2009 a 2019 e tendência de previsão linear



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Acesso dos negros/negras à universidade: problematizações a partir da análise temporal

Observamos que o acesso dos negros à universidade está aumentando ao longo dos anos, embora ainda esteja longe do ideal. Um dos fatores que pode ter contribuído para aumentar esse acesso, foi a criação das ações afirmativas, que foram criadas no intuito de

combater as diferenças e exclusões da população em situação de vulnerabilidade social, tentando reparar a igualdade de oportunidades e corrigir as discriminações que ocorreram no passado (DAFLON; FERES JÚNIO; CAMPOS, 2013, p. 302). As ações afirmativas no ensino superior, são caracterizadas por financiamentos estudantis, bolsas de estudos, bônus e cotas sociais e raciais (DUARTE, 2014, p.1).

Se fizermos um pequeno recorte histórico, observamos que na década de 90, o então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), enxergava o ensino superior como um produto que poderia beneficiar o mercado financeiro, agindo conforme as demandas das instituições financeiras. Neste período ocorreram privatizações e mercantilização de bens e serviços (CAVALCANTE, 2014, p. 41). Em relação ao ensino superior foi criado o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), além do apoio à abertura de IES privadas (SGUISSARDI, 2006, p. 1021).

Em 1996, o movimento negro “Marcha Zumbi contra o racismo pela cidadania e a vida”, apresentou várias propostas ao governo federal, com o objetivo de diminuição do racismo e promoção da igualdade social. Uma das propostas era o desenvolvimento de ações afirmativas para o acesso dos negros às universidades (MOEHLECKE, 2002, p. 413).

Historicamente, as lutas político-sociais foram responsáveis pelo desenvolvimento das ações afirmativas, bem como as propostas de leis nacionais e internacionais (HAAS & LINHARES, 2012, p. 836). No Brasil, as Políticas de Ações Afirmativas (PAA) na graduação começaram com a política de cotas, em 2001, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e, dois anos depois, em 2003, na Universidade de Brasília (UNB) (SOUSA & PORTES, 2011, p. 516).

Após tomar posse, em 2003, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva defende o discurso da promoção da justiça social e democratização do acesso à universidade, proporcionando a expansão do ensino público e privado (CAVALCANTE, 2014, p. 46). Dentre as medidas tomadas, manteve o FIES e criou os seguintes programas: Programa Universidade para Todos (PROUNI) (BRASIL, 2004, p. 1); Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (BRASIL, 2007a, p. 7); Sistema de Seleção Unificada (SISU) (BRASIL, 2011, p. 7).

O Prouni foi criado em 2004, com o objetivo de facilitar meios para que os estudantes possam pagar pelos serviços prestados pelas IES privadas, concedendo bolsas parciais ou

integrais aos estudantes de escolas públicas, de baixa renda. Como contrapartida, oferece isenção fiscal às IES (BRASIL, 2005, p. 7).

O governo federal, em 2007, criou o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007. O REUNI, a partir de incentivos financeiros, incentivou a adesão das Universidades Federais à PAA. (BRASIL, 2007b, p. 1). Os principais objetivos do REUNI foram assegurar as condições necessárias para ampliar o acesso e a permanência dos estudantes no ensino superior, bem como a qualidade das universidades e investir em recursos humanos e infraestrutura das IES (BRASIL, 2007a, p. 7).

Em 2010, foi criado o SISU, que é um programa de acesso à universidade pública que utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em detrimento da prova de vestibular (BRASIL, 2012b, p. 1).

A Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, tornou obrigatória, a partir de 2016, a destinação de 50% das vagas das Instituições de Ensino Superior (IES) federais para os egressos de escolas públicas, com cotas para pretos, pardos e indígenas (BRASIL, 2012a, p. 1).

Todas as PAA do ensino superior, apresentam como principal objetivo a entrada de estudantes vulneráveis do ponto de vista social e racial às Universidades. Porém, ainda faltam políticas públicas que contribuam para a permanência desses estudantes até a conclusão da graduação. Dificuldades financeiras e de aprendizagem são alguns dos fatores que contribuem para a evasão universitária (NEVES, FARO, SCHMITZ, 2016, p. 127).

Considerações finais

Os negros tiveram o direito à educação formal negado durante o período da escravidão e no período pós abolição. Porém, eles foram fundamentais no processo de letramento, pois formaram vários movimentos e lutaram para garantirem acesso às escolas formais. A educação era vista como a única forma de reparação das desigualdades sociais e econômicas que assolaram essa camada da população.

Esta pesquisa procurou analisar o acesso dos negros ao ensino superior. A primeira limitação encontrada foi que os dados coletados pelo INEP em relação à variável raça/cor, começaram apenas em 2009, impedindo uma análise temporal maior, e aumentando a

invisibilidade dos registros de negros no ensino superior. Outra limitação foi a subnotificação desse dado, em 2009, apenas 27,5% dos estudantes responderam à essa variável. Com o decorrer dos anos, as variáveis sem informação ou cor não declarada foram diminuindo, o que contribuiu para diminuição do viés de informação.

Apesar disto, verificou-se que ocorreu um aumento expressivo na quantidade de alunos matriculados e concluintes que se autodeclararam pretos ao longo desses dez anos analisados. Porém, ainda podemos observar um “branqueamento” no ensino superior.

Referências

ARANTES, Adlene Silva. Discursos sobre eugenia, higienismo e racialização nas escolas primárias pernambucanas (1918-1938). In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (Org.). *A História da Educação dos Negros no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduff, 2016. p. 329-362.

BARROS, Surya Aaronovich. Um balanço sobre a produção da história da educação dos negros no Brasil. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (Org.). *A história da Educação dos Negros no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduff, 2016. p. 51-70.

BRASIL. Decreto nº 5.245 de 15 de outubro de 2004. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 de out. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Decreto nº 6096 de 24 de abril de 2007a. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 de abr. Seção 1, p. 7.

BRASIL. Decreto nº 7.642 de 13 de dezembro de 2011. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 de dez. Seção 1, p. 7.

BRASIL. Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 de jan. Seção 1, p. 7.

BRASIL. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012a. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 de ago. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Portaria Normativa nº 21, de 5 de novembro de 2012b. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 de nov. Seção 1, p. 8.

BRASIL. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – diretrizes gerais, 2007b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

CAVALCANTE, C.V. Educação superior, política de cotas e jovens: das estratégias de acesso às perspectivas de futuro. Universidade Católica de Goiás, 2014. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/717/1/CLAUDIA%20VALENTE%20CAVA>

[LCANTE.pdf](#)> . Acesso em 03 abr. 2023.

CRESSONI, Fábio Eduardo. Missão, ensino e escravidão: pedagogia jesuítica nas obras de Jorge Benci e Antonil. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (Org.). *A História da Educação dos Negros no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduff, 2016. p. 73-93.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão no século XIX. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (Org.). *A História da Educação dos Negros no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduff, 2016. p. 163-187.

DAFLON, V.T; FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L. A. Ações Afirmativas raciais no ensino superior público Brasileiro: um panorama analítico. *Caderno de Pesquisa*, v.43, p.302-327, 2013. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/cp/a/MBtLrKDNWYWY8ntQDwBSGYb/?format=pdf&lang=pt>>.
Acesso em 03 abr. 2023.

DOMINGUES, Petrônio. Um “TEMPLO DE LUZ”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (Org.). *A História da Educação dos Negros no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduff, 2016. p. 305-328.

Dos ANJOS, Juarez José Tuchinski. “Não há salvamento fora da instrução”: atitudes e comportamentos em torno da escolarização compulsória dos ingênuos no Paraná provincial (década de 1880). In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (Org.). *A História da Educação dos Negros no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduff, 2016. p. 217-245.

DUARTE, A.C. A Constitucionalidade das políticas de ações afirmativas. *Núcleo de Estudos e Pesquisas – Senado*, p.1-23, 2014.

FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (Org.). *A História da Educação dos Negros no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduff, 2016b.

FONSECA, Marcus Vinícius. A população negra no ensino e na pesquisa em História da Educação no Brasil. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. *A História da Educação dos Negros no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduff, 2016a. p. 23-50.

GUARNIERI, F. V.; MELO-SILVA, L. L. Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. *Psicologia Escolar e Educacional*, v.21, n.2, p. 183-193, 2017. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/pee/a/4jyF7L8ncM6QTvKM3TzjdGj/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

HAAS, C.M.; LINHARES, M. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v.93, p.836-863, 2012. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/bqD9kT8FGbNz5W5CZvMDJWB/?lang=pt>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

LUCINDO, Willian Robson Soares. A vontade também consola: a formação da esfera pública letrada de Afrodescendente e o debate sobre a educação. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (Org.). *A História da Educação dos Negros no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduff, 2016. p. 271-302.

LUZ, Itacir Marques. Sobre Arranjos coletivos e práticas educativas negras no século XIX: o caso da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (Org.). *A História da Educação dos Negros no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduff, 2016. p. 117-140.

MOEHLECKE, Sabrina. Ações Afirmativas no Brasil: um histórico do seu processo de construção. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (Org.). *A História da Educação dos Negros no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduff, 2016. p. 413-438.

MORAIS, Christianni, Cardoso. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? (Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850). In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (Org.). *A História da Educação dos Negros no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduff, 2016. p. 95-115.

MÜLLER, Lúcia Rodrigues. A produção de sentidos sobre mulheres negras e o branqueamento do magistério no Rio de Janeiro na Primeira República. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (Org.). *A História da Educação dos Negros no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduff, 2016. p. 395-412.

NEVES, P.S.C.; FARO, A.; SCHMITZ, H. As ações afirmativas na Universidade Federal de Sergipe e o reconhecimento social: a face oculta das avaliações. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v.24, p.127-160, 2016. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Wg5Yk4HwqFhYxdzVJSV4sck/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

SILVA, Maria Paulo da. A escola do professor Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (Org.). *A História da Educação dos Negros no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduff, 2016. p. 141-162.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de Schueler. Trajetórias cruzadas e ação docente em luta por educação: André Rebouças (1838-1898), José do Patrocínio (1853-1905) e Manuel Querino (1851-1923). In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (Org.). *A História da Educação dos Negros no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduff, 2016. p. 191-216.

SGUISSARDI, V. Reforma universitária no Brasil – 1995 – 2006: precária trajetória e incerto futuro. *Revista Educação e Sociedade*, v.27, n.96, 2006. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/es/a/PsCdVc87JdsF6KDX7LhGq6H/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

SOUSA, P.; PORTES, E. A. As propostas de políticas/ações afirmativas das universidades públicas e as políticas/ações de permanência nos ordenamentos legais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, p.516-541, 2011. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3599/3334>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

VEIGA, Cynthia Greive Veiga. “Promiscuidade de cores e classes”: tensões decorrentes da presença de crianças negras na história da escola pública brasileira. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (Org.). *A História da Educação dos Negros no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduff, 2016. p. 247-269.